



## CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Estadual – Nº 10.546 / 2015

Ata da 111ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social da Paraíba

**Local:** Ambiente Virtual Google Meet

**Data:** 29/10/2020

Aos 29 dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte se deu de forma remota a 111ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado da Paraíba - CEAS/PB. A presidente **Gilmara Andréa de Oliveira** inicia a reunião remota agradecendo a todas (os) os conselheiros que estavam conectados; **Gilmara Andréa de Oliveira** (titular) - Representante da SEDH; **Katiuska Araújo Duarte** (titular) – Representante do CRP 13ª Região; **Jacyele Santos de Alcântara** (suplente) - Representante da SEDH; **Keiles Lucena de Macedo** (titular) - Representante COEGEMAS; **Mônica Laura Caroli Ervolino** (titular) - Representantes dos trabalhadores do SUAS; **Iaciara Mendes de Alcântara** (titular) - Representante da Sec. de Saúde; **Maria Auxiliadora Alves Pereira** (titular) - Representante dos usuários; **Daniela Ninfa** - Secretaria Executiva do CEAS; **Maria da Conceição Farias** - Secretaria Executiva do CEAS; **Evelyne Rose de Araújo Silva** - Secretaria Executiva do CEAS. A presidente inicia a reunião fazendo a leitura dos pontos de pauta da reunião; I - Solicitações de aquisições de materiais para o CEAS; II - Reunião Regional Nordeste CNAS; III - Regionalização dos Serviços de Acolhimento Institucional criança e adolescente; IV - Processo Eleitoral 2020/2022. A presidente **Gilmara Andréa** Inicia sua fala lembrando sobre as assinaturas das atas construídas nesse período em que as reuniões estão sendo de forma virtual. As atas deverão estar no conselho e em alguma oportunidade em que o conselheiro possa ir até a casa, que está aberta no período da manhã até às 14h para as devidas assinaturas. Na impossibilidade do conselheiro não poder se deslocar até a casa, poderemos ver a possibilidade da executiva ir até a residência da mesma. No primeiro ponto de pauta colocou a possibilidade de envio de solicitação à gestão para aquisição de materiais destinados ao CEAS, tal solicitação se refere aos recursos dos Índices de Gestão BF e SUAS que obrigatoriamente devem ser repassados no mínimo 3% (três por cento) para todos os conselhos (municipais e estaduais) segundo as normativas

33 específicas de cada Índice. Esclarece que o IGD/SUAS no ano de 2020 não teve orçamento  
34 em âmbito nacional, portanto estados e municípios não receberam nenhum valor. Informa  
35 que o recursos será sob o IGD/BF, o valor seria em torno de mais ou menos R\$ 10.000,00  
36 (dez mil reais). Ressalta que o conselho tem algumas necessidades de equipamentos,  
37 inclusive para otimizar o trabalho remoto, os equipamentos seriam; um notebook, uma  
38 impressora para o CEAS, um HD (para colocar todo arquivo do CEAS), um ar condicionado  
39 (se o atual não tiver conserto), um gelágua, duas webcam e duas caixas de som. A  
40 conselheira **katiuska Duarte** lembra que devido a atual situação em que o protocolo de  
41 saúde orienta que pessoas evitem estar em lugares fechados e sem ventilação, mantendo  
42 assim as portas abertas, seria o caso de se adquirir também ventiladores de pé. Após as  
43 justificativas para aquisição de material os conselheiros deliberaram favoráveis. Como  
44 encaminhamento será enviado ofício ao secretário da SEDH com as solicitações. No  
45 segundo ponto de pauta a presidente **Gilmara Andréa** faz uma reflexão sobre a dificuldade  
46 de se fazer controle social no atual governo e das dificuldades enfrentadas pelo CNAS para  
47 exercer a sua função no controle social fazendo o possível para que as normativas sigam o  
48 devido fluxo. O Conselho Nacional está convidando conselheiros para a reunião regional  
49 anual com os CEAS. Temos a missão de convidar o CMAS/JP solicitando que indiquem  
50 dois representantes (sociedade civil e governo) e o CEAS/PB deverá participar com quatro  
51 conselheiros. As reuniões estão previstas para os dias 17, 18, 24 e 25 de novembro 2020,  
52 ficando a região Nordeste para o dia 24 de novembro. Prontificaram-se a participar da  
53 reunião as conselheiras; Katiuska Duarte, Mônica Laura, Gilmara Andrea e Keiles  
54 Lucena. A presidente **Gilmara Andréa** informa que a partir de uma deliberação do  
55 Consorcio Nordeste, a secretaria deverá encaminhar orientações através de ofício aos novos  
56 gestores que irão assumir em 2021, com também aos que irão deixar. Alguns gestores já  
57 conhecem a política de Assistência Social, outros chegam às cegas e necessitam de  
58 orientações iniciais precisas, as orientações baseiam-se desde observações financeiras,  
59 normativas, a questões de acesso aos sistemas. Ressalta que todos os técnicos da SEDH  
60 estão contribuindo na construção desse documento que deverá nortear os novos gestores e  
61 para os que irão deixar os cargos deverão conduzir os repasses das devidas informações  
62 junto as equipes de transição. A conselheira **Keiles Lucena** ressalta que esse procedimento

63 é muito importante nesse momento de mudanças "de forma democrática", com a intenção de  
64 fortalecer esse espaço de transição e conhecimento da Política de Assistência Social uma  
65 vez que já estamos tendo aí possíveis decretos com medidas de estratégias com intenção de  
66 desmontar a política do SUAS. De forma particular socializa como os presentes, que  
67 participou de uma reunião representando o COEGEMAS junto com a Secretária Nacional  
68 da Família, Ângela Gandra e com a secretária Nacional de Assistência Social Mariana  
69 Neris, onde foi apresentado aos presentes medidas de "Estratégia de Fortalecimento de  
70 Vínculos Familiares", justificaram que não havia orçamento, e que a política será voltada  
71 ao fortalecimento na forma de "generosidade e solidariedade". Percebemos com isso um  
72 grande retrocesso, e se no próximo ano não houve uma resistência maior dos espaços  
73 democráticos em defesas do SUAS isso vai ser como "enxugar gelo", daí é muito importante  
74 essa iniciativa das orientações que deverão ser constantes, estando ou não gestora eu abraço  
75 essa missão também por que o SUAS é nosso, precisamos fortalecer essa luta desses  
76 espaços democráticos que sejam nos conselhos municipais e estaduais. A presidente  
77 **Gilmara Andréa** ressalta que em outros setores como na saúde se percebe ataques  
78 constantes em relação a privatização do sistema. Vimos quanto o SUAS se mostrou  
79 eficiente nesse tempo de pandemia. A presidente **Gilmara Andréa** comenta sobre as  
80 eleições biênio 2020-2022 do CEAS, informa que foram prorrogadas as inscrições até o dia  
81 23/10, através do Edital nº 02, publicado no DO em 16/10. Ressaltou como sugestão, que  
82 diante das dificuldades financeiras e a impossibilidade de disponibilizar diárias aos  
83 conselheiros que moram na região metropolitana de João Pessoa, a nova gestão deveria estar  
84 disponibilizando transporte (agendado previamente) para os conselheiros principalmente aos  
85 representantes de usuários para que os mesmos possam estar participando das reuniões do  
86 conselho. Dando continuidade o Terceiro ponto de pauta sobre a Regionalização dos  
87 Serviços de Acolhimento Institucional criança e adolescente. A presidente **Gilmara Andréa**  
88 menciona sobre o Plano de Regionalização dos serviços da Proteção Social Especial de  
89 Média e Alta Complexidade do Estado da Paraíba, onde está normatizado o papel do estado  
90 e dos municípios frente a execução dos serviços de proteção social especial de média e alta  
91 complexidade, no processo de regionalização, que são de corresponsabilidade entre o  
92 Estado e os municípios. Para além do Plano de Regionalização, foi incentivado pelas

Promotorias aos municípios que fizessem leis específicas municipais para executar serviços de acolhimento destinados a crianças e adolescentes, onde muitos municípios construíram suas legislações, mas ainda não colocaram o serviço para funcionar, pois é um serviço complexo sua execução. Sendo esse conselho responsável pela deliberação da Política de Assistência Social, assim faz – se necessário a exposição de um caso ocorrido há duas semanas, onde um juiz do município da cidade de Diamante/PB impôs sob força da lei o acolhimento de duas crianças ao município de Itaporanga, distante do domicílio das crianças e que não atendem no processo de regionalização ao município de origem das mesmas. Em relação a isso houve certa discordância no recebimento das crianças devido ao serviço ficar muito distante de seu domicílio, lembrando que o Plano de Regionalização também normatiza em relação a distancia. É necessário esclarecer que a justiça precisa entender que existem instancias que pactuaram e deliberaram sobre quem são os responsáveis em oferecer esses serviços, e que não podem impor por força de lei que o município atenda a demanda que o outro tem que atender. E faz necessário uma mobilização enquanto Estado, município e conselho para os devidos esclarecimentos a justiça, esclarecendo que houve todo um estudo técnico, para a formatação do Plano de Regionalização e foi aprovado pelas instancias de competência com a Política, neste sentido deve ser respeitado enquanto documento normativo. Também é necessário chamar o gestor do município para esclarecer sobre a responsabilidade com a execução do serviço de Alta Complexidade, já que o mesmo se comprometeu em oferecê-lo. A presidente **Gilmara Andréa** propõe que para esse caso especifico seja construído uma nota técnica em conjunto entre CIB, CEAS, CEDCA e SEDH para que seja encaminhado ao judiciário. A conselheira **Katiuska Duarte** menciona que não é a primeira vez que acontece esse tipo de problema com o sistema judiciário, neste sentido é importante fazer esse dialogo com a justiça para esclarecimentos de certos protocolos e que as entidades devam se unir e construir esse documento em conjunto. Nada havendo mais a tratar, a presidente encerrou a presente reunião agradecendo a participação de todas (os) participantes.

Representante da SEDH

---

**Katiuska Araújo Duarte** (titular)

Representante do CRP 13ª Região;

---

**Keiles Lucena de Macedo** (titular)

Representante COEGEMAS

---

**Mônica Laura Caroli Ervolino** (titular)

Representantes dos trabalhadores do SUAS

---

**Iaciara Mendes de Alcântara** (titular)

Representante da Sec. de Saúde

---

**Maria Auxiliadora Alves Pereira** (titular)

Representante dos usuários

---

**Daniela Ninfa**

Secretaria Executiva do CEAS

---

**Maria da Conceição Farias**

Secretaria Executiva do CEAS

---

**Evelyn Rose de Araújo Silva**

Secretaria Executiva do CEAS.